

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL DE CRICIÚMA –**

COMSEA

Nº06

10/07/2025

Ao décimo dia do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, aconteceu a reunião ordinária do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Criciúma – COMSEA, de forma presencial. Estavam presentes os (as) seguintes conselheiros (as): Adaise Felipe Graciano (Núcleo Serramar da Rede Ecovida de Agroecologia); Amanda Bianchini (Asilo São Vicente de Paulo); Antônio de Araújo (Associação de produtores da Linha Cabral – ALICA); Caroline Vicente Guidi (Procuradoria-Geral do Município); Chantele Cerqueira de Lima Barzan (Cooperativa Nova Vida); Cláudia Moreira Gomes da Silva Riquelme (Associação Beneficente ABADEUS); Dieniffer Aparecida Biancato Hann (Hospital São José); Fabiane Maciel Fabris (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC); Gabrielle Moneretto (Secretaria Municipal de Saúde); Janara Marques de Souza (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE); Juliana Dagostim Daminelli (Cooperativa Nosso Fruto); Leandro da Silva João (Centro Acadêmico de Nutrição – UNESC); Liz Correa Fabre (Conselho Regional de Nutricionistas – CRN 10); Livia Quarti Miguel (Associação Feminina de Assistência Social – AFASC); Maria Antônia Denski Grings (Secretaria de Assistência Social); Maria Rosa Fernandes Mendes (Pastoral da saúde – Diocese de Criciúma); Pricila Romão M. Ávila (Escola Superior de Criciúma - ESUCRI); Regiane Aparecida de Assis (Secretaria do Meio Ambiente – DMACRI); Rita Suselaine Vieira Ribeiro (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC); Samira Gomes Rabelo (Secretaria Municipal de Educação); Sabrina Teodósio Silva Pagani (Gabinete do Prefeito); Tatiane Castanheti Rosso Giassi (Secretaria Municipal da Fazenda); Tatiane Scarpari Magagnin (Bairro da Juventude dos Padres Rogacionistas); Vanessa Ferreira do Nascimento (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI); Vitória de Oliveira Chagas (Diretoria de Agricultura); Vitória Isoppo Corrêa (Secretaria Municipal da Fazenda). Tendo sido alcançado o número de quórum para dar início à reunião, a Presidente Liz Correa Fabre (Conselho Regional de Nutricionistas –

32 CRN 10) saudou a todos os presentes, lembrou sobre a necessidade das assinaturas da
33 ATA nº 05/2025 e realizou a abertura oficial dos trabalhos. Na sequência, a conselheira
34 Maria Antônia Denski Grings (Secretaria de Assistência Social) advertiu quanto à impor-
35 tância da assinatura da presente ATA, destacando que este é um dos documentos obrigató-
36 rios para a efetivação do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional no SISAN (Sistema
37 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). Ressaltou, ainda, que o prazo para a en-
38 trega do referido plano é até o dia 29 deste mês de julho de 2025, por meio da plataforma
39 do Sistema de Adesão ao SISAN – ADESAN. Tratando dos informes, a Presidente comu-
40 nicou a adição de mais três cadeiras ao Conselho, sendo elas: Diretoria de Agricultura,
41 como representação Governamental; ESUCRI e Universidade do Sul de Santa Catarina –
42 UNISUL, como representantes Não Governamentais. Na ocasião, solicitou que os novos
43 membros presentes se apresentassem, sendo eles: Vitória de Oliveira Chagas (Diretoria
44 de Agricultura) e Pricila Romão M. Ávila (ESUCRI). Retomando o assunto do Plano de
45 Segurança Alimentar e Nutricional, a Presidente informou que, após ter passado por con-
46 sulta pública, o mesmo foi aprovado no mês de maio. No entanto, reconheceu que havia
47 se esquecido de formalizar essa aprovação anteriormente. Em relação ao último ofício en-
48 viado ao Gabinete do Prefeito, referente à Recomendação do Conselho Municipal de Se-
49 gurança Alimentar – COMSEA quanto ao Projeto de Lei nº 28/2025 e seu Substitutivo
50 Global nº 1/2025, que trata da inclusão alimentar de estudantes com condições atípicas,
51 de autoria do vereador Luiz Carlos Custódio Fontana, a Presidente comunicou que a Se-
52 cretaria Municipal de Educação também formalizou um posicionamento. Destacou que, a
53 partir desses encaminhamentos, houve desdobramentos positivos, os quais serão apresen-
54 tados posteriormente. Informou ainda que o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional
55 foi encaminhado por e-mail ao Promotor de Justiça, Dr. Douglas Roberto Martins, e que,
56 ao ser finalizado, será reenviado para ciência e acompanhamento. A Presidente também
57 comunicou que foi compartilhada, no grupo de WhatsApp do Conselho, a Instrução In-
58 formativa nº 01/2025, elaborada pela Secretaria Municipal de Educação de Criciúma, a
59 qual trata das diretrizes e procedimentos para o atendimento de estudantes com seletivi-
60 dade alimentar nas unidades escolares da rede municipal de ensino. Antes da leitura do
61 documento, a conselheira Samira Gomes Rabelo (Secretaria Municipal de Educação) in-
62 formou que foi elaborado um parecer técnico pelas nutricionistas da Secretaria e, após

63 reunião interna, decidiu-se pela criação da Instrução Normativa para nortear a aplicação
64 da referida Lei, que possui um prazo de 120 dias para ser assinada pelo Prefeito Vagner
65 Espíndola. A Presidente ressaltou a expectativa de que o Prefeito assine a normativa, re-
66 forçando, contudo, que a preocupação central do Conselho está na qualidade dos alimen-
67 tos levados pelas crianças com seletividade alimentar, considerando que muitas vezes es-
68 ses alimentos não são saudáveis ou adequados para o ambiente escolar, como chips, do-
69 ces e produtos ultraprocessados. Samira iniciou a leitura da Instrução Normativa, a qual
70 continha que a Secretaria Municipal de Educação de Criciúma dispõe, por meio da Instru-
71 ção Informativa nº 01/2025, diretrizes para o atendimento de estudantes com condições
72 atípicas e seletividade alimentar nas escolas da rede municipal. A normativa assegura,
73 com base na Lei nº 28/2025, o direito de levar alimentação de casa mediante laudo emitido
74 por profissional habilitado do SUS, o uso de utensílios próprios, o consumo em ambi-
75 ente adaptado sem segregação, e a inclusão em políticas públicas de saúde e educação.
76 Também define protocolos como arquivamento dos laudos, reuniões com equipe escolar,
77 definição de espaços adequados, orientações nutricionais e sanitárias, controle dos ali-
78 mentos trazidos de casa, além de promover diálogo contínuo entre família, coordenação
79 de educação especial e nutricionistas. As instituições de ensino devem garantir o cumpri-
80 mento das diretrizes, realizar ações de sensibilização, aplicar práticas inclusivas e acionar
81 as equipes técnicas sempre que necessário. Ao debaterem sobre a normativa, a conselheira
82 Rita Suselaine Vieira Ribeiro (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC)
83 destacou a preocupação quanto à ausência de nutricionistas nas unidades escolares, o que
84 compromete a elaboração adequada das tabelas nutricionais e o acompanhamento neces-
85 sário para garantir a qualidade da alimentação oferecida aos estudantes. Ressaltou, ainda,
86 a importância da promoção da educação alimentar integrada às redes de ensino. Em res-
87 posta à dúvida de alguns conselheiros sobre a posição do COMSEA em relação à fala da
88 conselheira Rita, a Presidente esclareceu que o posicionamento do Conselho já está con-
89 templado no Plano de Segurança Alimentar e Nutricional e que, inclusive, já foi encami-
90 nhado um ofício ao Gabinete do Prefeito tratando do assunto. O conselho discutiu a apro-
91 vação da lei na Câmara de Vereadores sem que houvesse, previamente, comunicação for-
92 mal às secretarias municipais envolvidas. Foi destacada, por exemplo, a ausência de con-
93 sulta à Secretaria Municipal de Saúde quanto à sua capacidade técnica para atender à pos-

94 sível demanda de laudos exigida pela nova legislação. Além disso, surgiram dúvidas so-
95 bre a validade dos laudos de seletividade e a necessidade de sua eventual renovação, con-
96 siderando que fatores externos podem influenciar no grau de seletividade da criança ao
97 longo do tempo, questões que não estão claramente previstas no texto legal. O conselhei-
98 ro Leandro da Silva João (representante do Centro Acadêmico de Nutrição – UNESC),
99 solicitando a palavra, expressou uma dúvida com base em sua experiência no ano anteri-
100 or, referente a 2024, quando atuava como conselheiro no Conselho Municipal de Trans-
101 porte – CMT, que contava com representação da Câmara de Vereadores. Diante disso,
102 questionou se haveria possibilidade de também haver uma representação da Câmara no
103 COMSEA. Em resposta, a conselheira Rita explicou sobre a composição das entidades no
104 Conselho, destacando que, para aumentar o número de integrantes, é necessário manter a
105 proporcionalidade entre representantes governamentais e não governamentais. A Presi-
106 dente complementou com um exemplo da atual gestão, a qual houve a separação entre a
107 Secretaria da Fazenda e a Secretaria da Agricultura e Pecuária. Inicialmente, a cadeira era
108 ocupada pela Fazenda, mas quem participava efetivamente era um representante da Agri-
109 cultura. Reconhecendo a importância da participação da Fazenda, foi necessário incluir
110 mais duas entidades não governamentais para manter a proporcionalidade. Assim, foram
111 incorporadas ao conselho a ESUCRI e a UNISUL, ambas instituições de ensino com cur-
112 so de Nutrição. Dessa forma, respondendo ao questionamento do conselheiro Leandro, a
113 Presidente esclareceu que, conforme a regra da proporcionalidade, para incluir a Câmara
114 de Vereadores como entidade governamental seria necessário também acrescentar duas
115 novas entidades representativas da sociedade civil. A Presidente também mencionou que
116 quase não foi possível manter as duas entidades recentemente adicionadas ao conselho,
117 devido ao número elevado de ausências. Explicou que, conforme previsto no regimento
118 interno, a entidade que acumular três faltas consecutivas, sem justificativa, poderá ser re-
119 tirada do COMSEA. Essas entidades estavam em risco de substituição. No entanto, após
120 a realização de uma busca ativa e o envio de ofícios consultando formalmente o interesse
121 dessas instituições em permanecer no conselho, as respostas recebidas confirmaram a in-
122 tenção de continuidade na participação. A conselheira Rita destacou a importância de am-
123 pliar a representatividade no conselho, sugerindo que sejam incluídas entidades ou repre-
124 sentantes da população negra. Reforçando essa perspectiva, outros membros também ma-

nifestaram a necessidade de garantir a participação de um representante da comunidade LGBTQIAP+. Retomando a palavra, a presidente sugeriu que todos os conselheiros acompanhem as sessões da Câmara de Vereadores, com o objetivo de se manterem atualizados sobre os assuntos em pauta. Ressaltou que, dessa forma, é possível identificar temas relevantes que possam ser utilizados e desenvolvidos nas discussões do conselho. Ainda durante a reunião, ao tratar novamente do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a presidente questionou seu andamento à conselheira Maria Antônia. Em resposta, Maria Antônia informou que o plano se encontra em fase de finalização. Aproveitou a oportunidade para reiterar que aguarda a resolução da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) quanto à aprovação do referido plano. Tendo sido tratados todos os assuntos constantes na pauta e não havendo mais nada a deliberar, a presidente declarou encerrada a reunião. E eu, Isadora Rabelo Celso, redigi a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por todos os presentes.

Adaise Felipe Graciano (Núcleo Serramar da Rede Ecovida de Agroecologia);

Amanda Bianchini (Asilo São Vicente de Paulo);

Antônio de Araújo (Associação de produtores da Linha Cabral – ALICA);

Caroline Vicente Guidi (Procuradoria-Geral do Município);

Chantele Cerqueira de Lima Barzan (Cooperativa Nova Vida);

Cláudia Moreira Gomes da Silva Riquelme (Associação Beneficente ABADEUS);

Dieniffer Aparecida Biancato Hann (Hospital São José);

Fabiane Maciel Fabris (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC);

Gabrielle Moneretto (Secretaria Municipal de Saúde);

Janara Marques de Souza (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE);

160 Juliana Dagostim Daminelli (Cooperativa Nosso Fruto);
161
162 Leandro da Silva João (Centro Acadêmico de Nutrição – UNESC);
163
164 Liz Correa Fabre (Conselho Regional de Nutricionistas – CRN 10);
165
166 Livia Quarti Miguel (Associação Feminina de Assistência Social – AFASC);
167
168 Maria Antônia Denski Grings (Secretaria de Assistência Social);
169
170 Maria Rosa Fernandes Mendes (Pastoral da saúde – Diocese de Criciúma);
171
172 Pricila Romão M. Ávila (ESUCRI);
173
174 Regiane Aparecida de Assis (Secretaria do Meio Ambiente – DMACRI);
175
176 Rita Suselaine Vieira Ribeiro (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC);
177
178 Samira Gomes Rabelo (Secretaria Municipal de Educação);
179
180 Sabrina Teodósio Silva Pagani (Gabinete do Prefeito);
181
182 Tatiane Castanheti Rosso Giassi (Secretaria Municipal da Fazenda);
183
184 Tatiane Scarpari Magagnin (Bairro da Juventude dos Padres Rogacionistas);
185
186 Vanessa Ferreira do Nascimento (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de
187 Santa Catarina – EPAGRI);
188
189 Vitória de Oliveira Chagas (Diretoria de Agricultura);
190
191 Vitória Isoppo Corrêa (Secretaria Municipal da Fazenda).
192